

# LEITURA DE ARQUIVO: HISTORICIDADE E COMPREENSÃO

José HORTA NUNES  
horta@ibilce.unesp.br

Universidade Estadual Paulista  
"Júlio de Mesquita Filho" (UNESP)

Para abordar a leitura de arquivo, poderia partir de vários pontos, tais como a distinção foucaultiana entre documento e monumento (Foucault, 2000), a oposição entre corpora experimental e corpora de arquivo, a noção de percurso temático ou percurso de arquivo, a relação entre arquivo e instituição, a oposição discutida por Pêcheux (1994) entre os modos de leitura literário e científico abalados frente às novas tecnologias informáticas, dentre outros.

No entanto, gostaria de partir de duas noções que, apesar de trabalhadas muito freqüentemente, talvez não tenham alcançado o mesmo estatuto conceitual de outras. Tratam-se das noções de historicidade e de compreensão. Quando afirmo que elas não têm o mesmo estatuto de outros conceitos, não quero com isso dizer que elas o deveriam ter, mas sim considerar o fato de que a ciência funciona não somente com conceitos relativamente estabilizados, mas também com outros que funcionam um pouco à margem e que permitem significar novos fatos ou demarcar o lugar de um campo de saber em relação a outros.

Da história à historic(idade)

O termo historicidade funciona de modo a caracterizar a posição do analista de discurso em relação à do historiador. O deslocamento história/historicidade marca uma diferença entre as concepções de história, de um lado como conteúdo, e de outro como efeito de sentido. Aos historiadores ligados à AD cabe questionar a transparência da linguagem, levando-se em conta a espessura da língua. Aos analistas de discurso, a história passou a ser vista não como um pano de fundo, um exterior independente, mas como constitutiva da produção de sentidos.

Trabalhar a historicidade implica em observar os processos de constituição dos sentidos e com isso desconstruir as ilusões de clareza e de certeza. Ao mesmo tempo, trabalhar a historicidade na leitura de arquivos leva a realizar percursos inusitados, seguindo-se as pistas lingüísticas, traçando

percursos que desfazem cronologias estabelecidas, que explicitam a repetição de mecanismos ideológicos em diferentes momentos históricos, que localizam deslocamentos e rupturas. Desse modo, o arquivo não é visto como um conjunto de "dados" objetivos dos quais estaria excluída a espessura histórica, mas como uma materialidade discursiva que traz as marcas da constituição dos sentidos. O material de arquivo está sujeito à interpretação e, mais do que isso, à confrontação entre diferentes formas de interpretação e, portanto, não corresponde a um espaço de "comprovação", onde se suporia uma interpretação unívoca.

Lembremos também que a noção de gesto de interpretação, tal como trabalhada no livro *Gestos de leitura: da história no arquivo* (Orlandi, 1994) leva a considerar os materiais de arquivo como gestos simbólicos que se inscrevem na história. Por um lado, os fatos e os eventos clamam por sentidos, pedem por interpretação, conforme a afirmação de P. Henry (cf. 1994). Por outro, os efeitos de arquivo se produzem por meio de diversos mecanismos lingüísticos que servem de base para os processos discursivos. De acordo com Orlandi (1996, p. 18), a noção de gesto, na perspectiva discursiva, "serve para deslocar a noção de 'ato' da perspectiva pragmática; sem, no entanto, desconsiderá-la". Assim, ainda de acordo com a autora, "o gesto de interpretação se dá porque o espaço simbólico é marcado pela incompletude, pela relação com o silêncio. A interpretação é o vestígio do possível. É o lugar próprio da ideologia e é 'materializada' pela história."

Desse modo, diremos em síntese que a noção de historicidade desloca a noção de história como conteúdo e como fonte unívoca de interpretação. O sufixo -idade nos parece funcionar aí como um índice desse modo de conceber a história na análise de discurso, juntamente com as noções de processo de constituição do sentido e de gesto de interpretação.

#### A compreensão: um conceito histórico-político

Passemos agora à noção de compreensão. Em um capítulo do livro *Discurso e Leitura*, E. Orlandi (1988, p. 115) distingue "o inteligível, o intepretável e o compreensível". O inteligível é "a atribuição de sentido atomizadamente (codificação)", o interpretável é "a atribuição de sentido levando-se em conta o contexto lingüístico (coesão)" e o compreensível é a "atribuição de sentidos considerando o processo de significação no contexto de situação, colocando-se em relação enunciado/enunciação". Deste modo, ainda conforme a autora, "compreender, na perspectiva discursiva, não é, pois, atribuir um sentido, mas conhecer os mecanismos pelos quais se põe em jogo um determinado processo de significação". Com essa concepção, Orlandi trabalha o que ela chama um "conceito histórico (político) de compreensão" (p. 117).

A noção de compreensão, portanto, se distingue tanto de uma perspectiva psicológica, quanto de uma perspectiva lógica: trata-se de uma noção histórico-política. Praticar a compreensão na leitura é não somente levar em consideração uma ou outra interpretação, mas ter em vista os "conflitos" de interpretação. É atentar para os vários direcionamentos de sentido que funcionam em um mesmo espaço discursivo. Podemos mencionar aí as injunções à interpretação, os gestos de reprodução de sentidos, as coerções e os interditos, os controles da interpretação, a censura, e também as diversas formas de resistência à interpretação: as oposições e as migrações de sentido, as desidentificações, as desconstruções interpretativas, enfim, os gestos que colocam em suspeição a estabilidade de uma interpretação.

O arquivo nesse contexto é tido como um espaço de polêmica, em que se confrontam as posições interpretativas. É preciso primeiro observar os gestos de interpretação a partir das posições de sujeito e, em seguida, mostrar as relações entre essas interpretações, identificando as filiações discursivas, as contradições, as retomadas e deslocamentos, enfim, explicitando o movimento dos sentidos e dos sujeitos, no espaço tenso em que o real da interpretação pode tanto apaziguar quanto ameaçar.

Na análise de discurso, a compreensão tem a ver diretamente com a teoria, e por conseguinte, com a posição do analista. Ainda conforme E. Orlandi (1999, p. 116), "o sujeito que produz uma leitura a partir de sua posição interpreta. O sujeito-leitor que se relaciona criticamente com sua posição, que a problematiza, explicitando as condições de produção da sua leitura, compreende."

O conceito de dispositivo de interpretação, trabalhado por Orlandi (1999), traz mais elementos para se pensar criticamente a posição do analista e seus procedimentos para se compreender os processos discursivos. Ao se distinguir o dispositivo teórico de interpretação do dispositivo analítico, entra em cena a responsabilidade do analista, suas questões frente ao material de análise, sua relação com o discurso e seu trabalho com a interpretação.

Construir dispositivos de análise de arquivo que levem em conta a historicidade dos sentidos e que permitam compreender a pluralidade dos gestos de interpretação: para além de uma relação imediata com as instituições, esse parece ser um campo produtivo para a continuidade das práticas de leitura de arquivo que a AD promove.

## A temporalidade na leitura de arquivo

A fim de tratar da operacionalização das noções que viemos de abordar, vamos refletir sobre alguns procedimentos de leitura de arquivo. Tomamos como ponto de partida a questão da temporalidade do/no discurso e começamos por evocar o fato de que a AD não trabalha com a temporalidade

empírica, cronológica, mas com a temporalidade dos processos discursivos. Um discurso remete a outros discursos dispersos no tempo, ele pode simular um passado, reinterpretá-lo, projetá-lo para um futuro, fazendo emergir efeitos temporais de diversas ordens. Compreender a temporalidade significa atentar para as diferentes temporalidades inscritas no discurso, mostrando as relações entre elas e os efeitos de sentido que aí se produzem.

Os trabalhos sobre discurso fundador, coordenados por E. Orlandi (1993), são um lugar produtivo para se observar diversas formas de temporalidade no discurso. Se o discurso não tem um começo assinalável, como se explicam os novos sentidos, como se dá a passagem do sem-sentido ao sentido? As análises de discursos como os de Caminha, Nóbrega, Oswald de Andrade, Zumbi, os primeiros jornais brasileiros, estereótipos sobre o brasileiro, discursos da argentinidade, dentre outros, nos fazem compreender melhor o imaginário das fundações dos discursos, os modos de repetição, de continuidade e de ruptura, enfim, as muitas maneiras de "inventar", projetar ou apagar um tempo. Tomo esta obra para evocar os diversos trabalhos que abordam a temporalidade como um fato discursivo, que não tem uma origem cronológica, mas que apresenta formas históricas de aparecimento específicas.

Gostaria, agora, de me deter em um caso, que é o do discurso sobre as línguas indígenas em meados do século XIX, para aí pensar a temporalidade, a interpretação e a compreensão. Ao realizar um estudo (Nunes, 1996) sobre o dicionário de Gonçalves Dias (1858) dentro do projeto História das Idéias Lingüísticas (coordenado por E. Orlandi), a leitura de arquivo me levou a abordar a temporalidade e seus desdobramentos. Chamou-me a atenção nesses dicionários o fato de eles trazerem nas definições diversos verbos no pretérito imperfeito (grifos nossos):

PÁJE, feiticeiro. Era o cantor, o médico, o augure e o sacerdote dos indígenas.

PARICÁ, servia aos índios em vez de fumo. (...)

PARACAÚBA, árvore da qual os Muras faziam os seus arcos. (Dias, 1858)

O aparecimento das marcas de pretérito, quando considerado no percurso de arquivo, desloca a temporalidade em relação a dicionários anteriores, como os dos jesuítas, que descreviam a língua em uso (os índios dizem X, quer dizer, Y) em uma prática de tradução-interpretação na qual o prevalecia o tempo presente (ao mesmo tempo em que a historicidade dos mitos e da tradição oral indígena era silenciada)<sup>1</sup>. A marca do pretérito nos dicionários do Império estabelece a

<sup>1</sup> Cf. análise do Vocabulário na Língua Brasília (J. H. Nunes. Discurso e instrumentos lingüísticos: dos relatos de viajantes aos primeiros dicionários. Tese de doutorado. Campinas, IEL-Unicamp, 1996).

língua indígena como pertencente a um passado lingüístico: trata-se do tupi antigo, língua "dos antepassados brasileiros", romanticamente simulada. Esse é um primeiro gesto de interpretação que se depreende da escrita do dicionário. Tal gesto está ligado a uma série de discursos que nessa conjuntura abordam o índio como antigo e primitivo: na escrita da história do Brasil, na literatura, assim como na história das línguas indígenas empreendida por Gonçalves Dias (s.d.).

Mas, para a compreensão dessa interpretação, é preciso estar atento aos mecanismos ideológicos que silenciam outras interpretações. A imagem do tupi antigo torna inacessível o tempo presente das línguas indígenas existentes, assim como as variações dessas línguas. Colocar os índios no passado funciona como uma simulação que impede observá-los no presente. Produz-se desse modo um "esquecimento" da temporalidade da atualidade. Tal discrepância entre as condições reais e as formações imaginárias é fundamental para o trabalho do analista e é onde se percebe uma duplicidade na interpretação das temporalidades. Não atentar para esse desdobramento pode levar a interpretar sem compreender, tomando o imaginário como o real.

Ao abordar longos períodos, a leitura de arquivo trabalha os diversos efeitos da temporalidade. Se, por um lado, a Análise de Discurso voltou-se para a Nova História, articulando-se a trabalhos como os de M. de Certeau (1990), com o estudo dos acontecimentos cotidianos e do "homem ordinário", por outro, ela não deixou de refletir sobre longos períodos, identificando séries, explicitando continuidades e rupturas, mostrando os efeitos discursivos de imagens históricas tais como as da colonização, da Independência, da República, do Estado Novo, etc., que continuam produzindo seus efeitos. Poderíamos evocar aqui a figura de E. Hobsbawm, transitando nas fronteiras entre esses dois espaços, como se nota na diáde formada por A Era dos Extremos (Hobsbawm, 2002a), que incide sobre três períodos do século XX: a "era da catástrofe", a "era de ouro" e o "desmoronamento", ao lado de Tempos Interessantes (Hobsbawm 2002b), onde se misturam história pessoal e "História" do século XX. Isto mostra a dupla via entre a "grande" e a "pequena" história, a história dos grandes acontecimentos e a história dos indivíduos sem notoriedade, com o desdobramento de duas dimensões da temporalidade.

### Considerações finais

Em Discurso: estrutura ou acontecimento (1990), M. Pêcheux propõe para a Análise de Discurso um batimento, um vai-e-vem, entre descrição e interpretação. Descrição e interpretação funcionariam alternadamente, sem serem indiscerníveis. De um lado, o real da língua em sua espessura e em sua sujeição ao equívoco; de outro, as interpretações, os discursos possíveis, que funcionam sob a base lingüística. Penso que poderíamos aqui re-inscrever a

noção de compreensão discutida mais acima, que nos parece fazer ver a posição do analista diante da descrição e da interpretação. Descrição, interpretação, compreensão: a inserção desse terceiro termo se nos afigura como uma marca da incompletude, do silêncio<sup>2</sup> e do possível para o analista.

Operacionalizar esses conceitos na leitura de arquivo, construindo um dispositivo de análise, é construir a posição do analista em seu movimento pelo (s) arquivo(s). Movimento que não necessariamente se limita a "um" arquivo institucional (leitura do arquivo), mas que pode atravessar diversos arquivos e instituições (leitura de arquivo)

Diremos, para finalizar, que alguns conceitos da AD funcionam um pouco silenciosamente, mas não de forma menos produtiva e por vezes até mesmo de modo crucial. Várias noções poderiam ser mencionadas juntamente com as que abordamos aqui. Evoquemos, por exemplo, as noções de silenciamento, juridismo, ressonância interdiscursiva, sítio de significação, sujeito escolarizado urbano, dentre muitas outras. Isso mostra que no funcionamento do discurso há um espaço de invisibilidade dos conceitos, que no entanto funcionam e produzem seus efeitos. Tal invisibilidade, produzida por mecanismos ideológicos e pelos esquecimentos daí resultantes, é bastante presente no contexto internacional, ou mesmo no nacional, quando alguns conceitos são tomados por incompreensíveis, quando não desconsiderados.

Uma das marcas da AD no Brasil, a meu ver, corresponde ao modo de nomear os conceitos, segmentando as palavras, produzindo novas formas materiais (por prefixação, infixação, sufixação), hifenizando, empregando parênteses ou barras, trabalhando a não-coincidência do conceito com ele mesmo.

Ao invés da fixação dos conceitos ou de sua dicionarização, não teríamos aí a significação deles em pleno vôo?

## Referências Bibliográficas

DE CERTEAU, Michel. A invenção do cotidiano. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

DIAS, Gonçalves. Dicionário da Língua Tupi chamada língua geral dos indígenas do Brasil. Lipsia: F. A. Brockhaus, 1858.

DIAS, Gonçalves. O Brasil e a Oceania. Rio de Janeiro/Paris: H. Garnier, (s.d.).

FOUCAULT, Michel. A Arqueologia do Saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

---

<sup>2</sup> Pensamos o silêncio de acordo com E. Orlandi, como "horizonte de significação" (As formas do silêncio. Campinas: Editora da Unicamp, 1992).

- HENRY, Paul. A história não existe?. In ORLANDI, E. (Org.). Gestos de Leitura - da História no Discurso. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.
- HOBBSAWN, Eric. Era dos Extremos: o breve século XX 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 2002a.
- HOBBSAWN, Eric. Tempos Interessantes: uma vida no século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2002b.
- NUNES, José Horta. Discurso e instrumentos lingüísticos: dos relatos de viajantes aos primeiros dicionários. Tese de doutorado. Campinas, IEL- Unicamp, 1996.
- ORLANDI, Eni P. Discurso e leitura. Campinas: Cortez/Editora da Unicamp, 1988.
- ORLANDI, Eni P. As formas do silêncio. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- ORLANDI Eni P. Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional. Campinas: Pontes, 1993.
- ORLANDI, Eni P. (Org.). Gestos de Leitura - da História no Discurso. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.
- ORLANDI Eni P. Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 1996.
- ORLANDI, Eni P. Análise de Discurso. Campinas: Pontes, 1999.
- PECHEUX, Michel. O discurso: estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 1990.
- PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. (Org.). Gestos de Leitura - da História no Discurso. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.